

Pós obtêm liminar para reter chancela do MEC

Oito instituições de três Estados foram à Justiça contra fim de credenciamento

Carlos Lordelo
ESTADÃO.EDU

Oito instituições, dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e do Distrito Federal, conseguiram decisões liminares que mantêm seus cursos de pós-graduação lato sensu reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

A medida judicial beneficia, por exemplo, a Fundação Dom Cabral e o Hospital Sírio-Libanês (mais informações nesta página), que estão ameaçados de perder a chancela do governo para suas especializações e cursos de Master of Business Administration (MBAs).

No mês passado, o MEC homologou parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que extingue o credenciamento especial para instituições não educacionais – como conselhos de classe e hospitais – oferecerem pós-graduações. Eram 123 as organizações autorizadas a exercer essa atividade. As chamadas escolas de governo foram excluídas da medida.

As instituições continuam funcionando, mas não podem mais exibir o carimbo do MEC em seus certificados de pós-graduação. O CNE divulgou as novas regras em uma resolução publicada no último dia 9 no *Diário Oficial* da União.

OBTIVERAM LIMINAR

● **Em São Paulo**
Hospital Sírio-Libanês;
NAP Instituto de Ensino Superior (Nap Odonto);
Centro de Treinamento Odontológico (CTO);
Escola de Ultrassonografia de Ribeirão Preto (Eurp).

● **Em Minas**
Fundação Dom Cabral (FDC);
Instituto de Educação Tecnológica (Ietec);
Centro de Medicina Especializada, Pesquisa e Ensino (Cemepe).

● **No Distrito Federal**
Escola de Administração e Negócios (Esad).

Prorrogação. As liminares que garantem a prorrogação do credenciamento especial foram concedidas pela primeira instância da Justiça Federal. Em Brasília, o juiz Hamilton de Sá Dantas, titular da 21.ª Vara Federal, suspendeu os efeitos do parecer do CNE em benefício da Escola de Administração e Negócios (Esad).

“A ausência do crivo do Estado trará insegurança aos estudantes que procurem por cursos de especialização, pois não terão qualquer referência imparcial e segura quanto à qualidade do

curso em que investirão seu tempo e seus recursos financeiros”, escreveu Dantas na decisão.

A Fundação Dom Cabral, considerada uma das melhores escolas de negócios do mundo, também obteve liminar, em Minas. Para Paulo Resende, diretor de pós-graduação da instituição, o governo deveria aprofundar a regulação de modo a garantir a qualidade da pós-graduação lato sensu no País. “Temos reconhecimento do mercado, até mesmo no exterior, mas também gostaríamos de ser julgados pelo MEC.”

Flávio Vellini, do Centro de Treinamento Odontológico, concorda. “Nós nos sentimos órfãos sem a regulação e os nossos alunos, também. Até para a segurança deles, precisa existir um órgão regulador”, diz ele, que dirige a instituição, com cerca de 300 alunos.

Autorregulação. O parecer do CNE demorou dois anos para ser aprovado pelo MEC. Nesse intervalo, as escolas que perderiam o credenciamento se mobilizaram contra o projeto. Uma das iniciativas foi a criação da Associação Brasileira de Instituições de Pós-graduação (ABI-PG), que reúne 17 organizações dos setores de educação executiva e da saúde.

A entidade vai mover ação contra a resolução, avisa o advogado Edgar Gaston Jacobs. Segundo ele, que rechaça o título de “instituições não educacionais” de seus clientes, o CNE infringiu a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases. “Há omissão por parte do conselho quando não reconhece o dever do Estado de regular os cursos de especialização”, afirma. “O governo entende que o mercado regularia a pós-graduação lato sensu, uma visão estranha para quem defende qualidade na educação.”

Para o presidente da ABIPG e diretor executivo da Esad, Marcelo Saraceni Nunes, a decisão do MEC criou uma “crise de reputação” que afeta a “competitividade”. Isso porque somente as instituições de ensino superior passam a ter credenciamento do MEC para manter cursos de pós-graduação. “A maioria (das IES) não tem experiência nem estrutura para isso e, ainda assim, exibirão a chancela do MEC. Se o Hospital Sírio-Libanês não sabe



Futuro. Cintia Muranaga, que já havia escolhido o curso de pós mesmo antes da graduação

de saúde, se a Dom Cabral não sabe de gestão, quem mais sabe?”, questiona.

Na ausência do governo como agente regulador, a ABIPG vai lançar um selo de acreditação de cursos de pós-graduação. O credenciamento terá parâmetros mais rígidos que os do próprio MEC. A carga horária das especializações, por exemplo, deverá ser de pelo menos 360 horas – dependendo da área, as instituições serão obrigadas a acrescentar entre 90 e 240 horas à grade curricular. / COLABOROU MARIANA MANDELLI

Para estudantes, aprovação do curso é essencial

● Para alunos de instituições não educacionais, o certificado de pós-graduação é essencial. “A primeira coisa que avaliamos no curso é se o MEC aprova. Ninguem quer o diploma para colocar na gaveta”, diz Fátima Facchini, de 30 anos, aluna do Instituto

Vellini. Somente com a pós ela pode atuar como ortodontista. “Quando comecei a atender convênios, tive de entregar uma declaração de que estava cursando”, lembra.

Os estudantes ressaltam também o investimento que fizeram nos cursos. “Entre na faculdade de Odontologia para fazer ortodontia. Ingressei pensando no futuro”, diz Cintia Muranaga, de 26 anos, também do Vellini. / M. M.

Entidades estudam alternativas para obter acreditação

ESTADÃO.EDU

A ideia proposta pela ABIPG de lançar um selo de acreditação de cursos de pós-graduação conta com o apoio de John Schulz, sócio da BBS Business School – uma das instituições que perderam o credenciamento especial.

O norte-americano diz que

prefere o modelo de acreditação feito por entidades privadas, como ocorre nos Estados Unidos e em países europeus. “Mas no Brasil existe uma tradição de que a regulação deve ser feita pelo poder público. Se é assim, preferimos continuar com a chancela do MEC.”

A escola de negócios, instalada em São Paulo, deve contestar

a resolução no CNE na Justiça. Segundo Schulz, o problema é que não houve tempo para se adaptar às novas regras. Por isso, a BBS não descarta a possibilidade de pedir autorização ao governo para abrir uma faculdade com um curso de graduação em Administração, visando a manter a validade de suas especializações e MBAs. “Gostaríamos de fazer

● **Impacto**
123
institutos não educacionais – como conselhos de classe e hospitais – eram autorizados pelo Ministério da Educação a oferecer cursos de pós-graduação lato sensu

uma transição sem sobressaltos”, diz.

Outra saída possível para as instituições não educacionais é transformar os cursos lato sensu em mestrados profissionais, fazendo os devidos ajustes. Essa modalidade de pós-graduação fica sob os cuidados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),

que avalia e autoriza o funcionamento dos programas.

A Fundação Dom Cabral pensa em fazer essa mudança em um de seus cursos. Antes, precisa convencer o MEC de que o mestrado profissional lhes dá o direito de credenciar as especializações e MBAs – seguindo a mesma lógica da criação de uma faculdade. “Só fazíamos isso no caso extremo de perder o credenciamento”, explica Paulo Resende, diretor de pós-graduação.

Pasta quer se concentrar na pós stricto sensu

Para membro do CNE, conceito original do credenciamento especial foi desvirtuado ao longo dos anos

ESTADÃO.EDU

O Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu acabar com o credenciamento especial de instituições não educacionais para a oferta de cursos de especialização porque houve um “desvirtuamento” da ideia original. A justificativa é do conselheiro Milton Linhares, um dos membros da Câmara de Educação Superior que redigiu o parecer homologado pelo MEC.

Segundo ele, o credenciamento foi criado em 2001 para reconhecer o trabalho de “instituições que já tinham grande tradição”. “Com o pas-



Opinião. MEC já tem trabalho demais, diz Milton Linhares

● **Motivos**
MILTON LINHARES
MEMBRO DO CNE
“Chegamos à conclusão de que era preciso dar um basta. O que se buscava era apenas o carimbo do MEC nos certificados”

sar do tempo, começou a aparecer uma enxurrada de instituições também querendo ser credenciadas, como clínicas de odontologia, academias de ginástica e escritórios de contabilidade”, diz Linhares.

“Chegamos à conclusão de que era preciso dar um basta, porque o que se buscava era ape-

nas o carimbo do MEC nos certificados.”

O conselheiro considera que o ministério “já tem trabalho suficiente” na fiscalização das cerca de 2,5 mil instituições de ensino superior.

Stricto sensu. Para Linhares, o MEC não está fugindo da responsabilidade de regular a pós-graduação no País. Com o parecer, o objetivo foi centrar a preocupação na modalidade stricto sensu (mestrado e doutorado).

“E não na lato sensu, que é uma formação continuada. Até para deixar que o mercado reconheça as boas instituições não educacionais que oferecem cursos de especialização”, afirma o conselheiro.

Procurado pela reportagem, o MEC não se pronunciou porque, segundo a assessoria de imprensa, não havia sido oficialmente notificado das decisões liminares. / C.L.

TRÊS PERGUNTAS PARA...

Marcelo Cuellar, headhunter da consultoria Michael Page

1. O que você achou da decisão de acabar com o credenciamento especial?
Surpreendeu-me ver uma instituição como a Fundação Dom Cabral perder essa chancela, porque a escola é reconhecida mundialmente pelo seu quadro de professores e suas linhas de pesquisa. Enquanto isso, há uma infinidade de outros cursos de especialização que não deveria funcionar. A oferta de pós-graduação no País está banalizada.

2. Como reverter esse quadro?
O MEC deveria rever quais instituições podem manter cursos de pós. Muitos não têm qualidade. Não deveria funcionar na base do “se é uma instituição de ensino superior, seus cursos são reconhecidos”. É preciso res-

guardar o futuro do País.

3. O executivo que fizer pós em instituição que perdeu o reconhecimento do MEC vai ficar por trás num processo seletivo?
O que conta é a qualidade do curso, não se ele é credenciado pelo MEC. Isso não faz diferença no dia a dia do trabalho do executivo. Mas precisamos de informações confiáveis para saber se determinada especialização é boa ou não. Empresas estrangeiras, por exemplo, perguntam qual o órgão governamental responsável pela educação no Brasil. Para elas, o carimbo do governo no diploma tem valor. Então por que o MEC não ajuda o mercado a saber quais são os melhores?